

**OS LIMITES DO ‘DESENVOLVIMENTO LOCAL’ E AS POSSIBILIDADES ABERTAS PELA
ABORDAGEM DIALÉTICA PROPOSTA POR DAVID HARVEY PARA COMPREENDER UMA
REGIÃO**

*THE LIMITS OF THE ‘LOCAL DEVELOPMENT’ AND THE POSSIBILITIES OPENED BY THE
DIALECTICAL APPROACH PROPOSED BY DAVID HARVEY TO ANALYZE A REGION*

*LOS LIMITES DEL “DESARROLLO LOCAL” Y LAS POSIBILIDADES ABIERTAS POR EL
ENFOQUE DIALÉTICO PROPUESTO POR DAVID HARVEY PARA COMPRENDER UNA
REGIÓN*

Rogério Faé
rfae@ea.ufrgs.br
UFRGS

Rafael Kruter Flores
rkflores@ea.ufrgs.br
UFRGS

OS LIMITES DO 'DESENVOLVIMENTO LOCAL' E AS POSSIBILIDADES ABERTAS PELA ABORDAGEM DIALÉTICA PROPOSTA POR DAVID HARVEY PARA COMPREENDER UMA REGIÃO

Resumo

O objetivo deste artigo é fundamentar a escolha pela perspectiva teórica do materialismo histórico-geográfico, desenvolvida pelo geógrafo David Harvey, para compreender uma região. Para tanto, apresentamos e discutimos também os referenciais predominantes nas análises sobre regiões, com o intuito de demonstrar os limites desses referenciais e as possibilidades abertas pela perspectiva de Harvey. Assim, apresentamos alguns dos principais conceitos que têm orientado as ações de governos dos mais diversos matizes; a abordagem de David Harvey bem como seus pressupostos teóricos e históricos; e uma análise comparativa em que demonstramos as limitações dos referenciais predominantes e as possibilidades da perspectiva do último autor. Ao final, concluímos que o materialismo histórico-geográfico permite compreender que as dinâmicas sociais e econômicas de uma região se caracterizam em processos conflituosos e contraditórios e resultam em uma configuração regional específica e transitória.

Palavras-chaves: David Harvey, espaço, materialismo histórico-geográfico, desenvolvimento.

Abstract

The aim of this paper is to substantiate the choice of the historical geographical materialism perspective, developed by geographer David Harvey to analyze a region. To this end, we present and discuss also the predominant references used to analyze regions, in order to demonstrate their limits and the possibilities opened by Harvey's perspective. Thus, we present some key concepts that have guided the actions of governments of various hues, the approach of David Harvey as well as its theoretical and historical assumptions, and a comparative analysis which demonstrates the limitations of the mainstream references and the possibilities opened by the perspective of the historical geographical materialism. Finally, we conclude that David Harvey's approach provides insights about the social and economic dynamics of a region. These are characterized by conflicting and contradictory processes and result in particular configurations, specific and transitory.

Keywords: David Harvey; Space; Historical geographical materialism; Local development.

Resumen

El objetivo de este artículo es fundamentar la elección por la perspectiva teórica del materialismo histórico-geográfico, desarrollada por el geógrafo David Harvey para comprender una región. Por lo tanto, presentamos y discutimos también los referenciales predominantes en los análisis sobre regiones, con el objetivo de demostrar los límites de estos referenciales y las posibilidades abiertas por la perspectiva de Harvey. Así, presentamos algunos de los principales conceptos que han guiado las acciones de gobiernos de los más diversos matices; el enfoque de David Harvey así como sus presupuestos teóricos e históricos; y un análisis comparativo en que demostramos las limitaciones de los referenciales predominantes y las posibilidades de perspectiva del último autor. Al final, se concluye que el materialismo histórico-geográfico permite comprender que las dinámicas sociales y económicas de una región se caracterizan en procesos conflictivos y contradictorios y resultan en una configuración regional específica y transitoria.

Palabras clave: David Harvey; Espacio; Materialismo histórico-geográfico; Desarrollo local.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é fundamentar a escolha por uma perspectiva teórica para compreender uma região. Essa perspectiva é desenvolvida pelo geógrafo David Harvey, em uma abordagem que qualifica como materialismo histórico-geográfico. Para tanto, apresentaremos e discutiremos também os referenciais predominantes nas análises sobre regiões. Nosso intuito é demonstrar os limites dos referenciais predominantes e as possibilidades abertas pela perspectiva de Harvey (2004a; 2004b; 2005; 2006; 2011).

Antes de entrarmos no tema, no entanto, é necessário apresentar e discutir os motivos que nos levam a tal. O texto que segue foi originalmente pensado como referencial analítico para pesquisas realizadas no âmbito do grupo de pesquisa Organização e práxis libertadora. Dentre as linhas de trabalho deste grupo, está o estudo de movimentos, organizações e projetos que se contrapõem às políticas desenvolvimentistas no Brasil e na América Latina, uma linha de pesquisas que temos denominado estudos críticos do desenvolvimento (MISOCZKY, 2011). A partir do momento em que constatamos que os referenciais predominantes nesse campo privilegiam uma lógica que há décadas reproduz uma situação de dependência econômica, política e social (FRANK, 1966; DOS SANTOS, 1978; MARINI, 1991), o desafio que temos nos colocado é da construção de referenciais para iluminar práticas que visam superar tal situação¹.

Ao buscar explicações para a dinâmica existente em determinada região, a fronteira do Brasil com o Uruguai², percebemos o predomínio de práticas que enfatizam a necessidade de impulsos e investimentos para se desenvolver. Informados pelos trabalhos que vínhamos realizando no âmbito dos estudos críticos do desenvolvimento, essa premissa nos despertou uma desconfiança e, ao mesmo tempo, nos reforçou a necessidade de buscar referenciais que dessem suporte à construção teórica necessária para a crítica ao desenvolvimento.

O argumento deste artigo considera que, por um lado, as diversas regiões necessitam dar respostas às demandas econômicas e sociais que emanam de uma determinada estrutura

¹ As teorias que explicam as desigualdades geradas pelo desenvolvimento capitalista são muitas. Desde Karl Marx, passando pelos teóricos do imperialismo, György Lukács, pelas formulações estruturalistas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e pela Teoria Marxista da Dependência, existem importantes formulações. Estas formulações, no entanto, privilegiam processos macroeconômicos e não valorizam e explicam as lutas sociais que confrontam políticas desenvolvimentistas no cotidiano.

² Este foi o tema do projeto Estratégias, contradições e dinâmicas sociais e econômicas em Livramento (BR) e Rivera (UY), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que teve como objetivo analisar as características (processos de diferenciação) e tendências (coerência regional) da dinâmica socioeconômica que vem sendo construída pelos atores sociais em Livramento-Rivera. A pesquisa constatou que uma coerência regional se estrutura pela ação dos atores da região em articulação com atores nacionais e internacionais. Trata-se de um novo espaço que, sob a égide de projetos modernos e sustentáveis, deslocará no imaginário a maldição da região deprimida e sem futuro, sem transformar as relações sociais.

definida em termos globais e que, por outro lado, os discursos oficiais e midiáticos sobre os problemas enfrentados apresentam uma perspectiva que distorce a realidade ao apontar como origem uníssona dos problemas a falta de investimentos externos e tomar como parâmetro para o desenvolvimento da região o crescimento econômico. Como consequência, as reais dinâmicas socioeconômicas da região não aparecem, ou aparecem de forma distorcida. Essa realidade impõe a necessidade de analisar as ideias e perspectivas que predominam quando o foco é a região e, em contraponto, um referencial teórico que permitisse uma análise dinâmica das contradições encontradas.

Outro motivo pelo qual apresentamos o referencial de David Harvey em contraste com as teorias predominantes do *desenvolvimento local* é a busca por uma clarificação didática acerca de tais temas. Ao problematizar as teorias do desenvolvimento que predominam em escala global, torna-se necessário fundamentar a escolha por uma abordagem que dê visibilidade aos limites e as consequências dessas teorias.

Apresentaremos, nos próximos itens, as formulações teóricas que predominantemente têm fornecido o suporte para ações ligadas ao, *desenvolvimento local* ou melhor, alguns dos principais conceitos que têm orientado as ações de governos dos mais diversos matizes; a abordagem de David Harvey bem como seus pressupostos teóricos e históricos; uma análise comparativa em que demonstraremos as limitações dos referenciais predominantes e as possibilidades da perspectiva do último autor. Finalmente, fazemos nossas considerações finais.

Demonstraremos que a abordagem de David Harvey permite compreender que as dinâmicas sociais e econômicas de uma região são resultado de processos conflituosos e contraditórios. Tais processos incluem aspectos como os imperativos da acumulação capitalista, a reorganização do espaço, a compressão do tempo, as especificidades culturais e sociais, as regras de Estado e o ambiente natural da região. Mostra, portanto, que a produção material e a produção da vida em comunidade acontecem de forma conflituosa, resultando em uma configuração regional específica e transitória. Assim, esta abordagem permite compreender de forma mais fiel a realidade do lugar, mostrando e valorizando suas diversas faces.

2 A FORMAÇÃO DO CONCEITO DE 'DESENVOLVIMENTO LOCAL'³

Ao pensar a origem de conceitos tais como desenvolvimento regional, desenvolvimento endógeno e desenvolvimento local, é necessário entender o contexto no qual eles emergiram e as razões que fizeram com que tais termos ganhassem importância ao longo do tempo. Cabe salientar que as propostas sempre tiveram por pressuposto básico o fortalecimento do sistema capitalista de produção.

É com base nessa lógica que Rosenstein-Rodan (1943) iniciou seu artigo pioneiro em defesa do desenvolvimento da Europa Oriental e Sul-Oriental argumentando que o processo de industrialização de áreas deprimidas interessava ao mundo como um todo. Naquele artigo, o autor forneceu os elementos para a posterior relação entre baixa industrialização/subdesenvolvimento/região deprimida.

O autor defendeu a estabilização e o aperfeiçoamento dos “[...] sadios princípios da divisão internacional do trabalho” (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, p. 253) que trariam como vantagens às nações atrasadas: a) progresso mais rápido e ampliação do poder de consumo; b) implementação de indústrias leves e intensivas em mão de obra (aproveitando o desemprego disfarçado), complementares às indústrias pesadas dos centros industriais; c) importação de produtos intensivos em capital e tecnologia.

Considerando os custos necessários para a criação da infraestrutura necessária ao funcionamento de uma empresa e a defesa de que tais custos fossem custeados pelo Estado de forma planejada, o autor sugeriu a criação de redes de empresas com base em economias externas, nas quais a complementação proporcionada pelas diferentes indústrias constituiria um argumento fundamental a favor de um plano de industrialização em larga escala. Nesse sentido, Rosenstein-Rodan (1943, p. 255-256) destacou que o próprio aumento dos custos de mão de obra requisitados pelo processo de industrialização seria um dos principais fatores de fomento dessa rede de indústrias, pois se

[...] um milhão de trabalhadores desempregados fossem retirados do campo e colocados, não em uma indústria, mas em toda uma série de indústrias que produziram o grosso dos produtos em cuja compra os trabalhadores gastariam seus salários [...] seria criado o seu próprio mercado adicional, realizando-se, assim, uma expansão da produção mundial com um mínimo de perturbação do mercado mundial. As indústrias que produziram o grosso dos bens a serem adquiridos com

³ Neste tópico, utilizaremos a denominação *desenvolvimento local* para nos referirmos a um conjunto de conceitos que englobam o desenvolvimento regional, o endógeno e o local. Tal escolha justifica-se pela busca de construção de ideias que vieram a culminar no conceito de *desenvolvimento local*.

salários poderiam ser chamadas, portanto, de complementares. A criação planejada de um sistema de indústrias complementares desse tipo reduziria o risco de insuficiência da procura e, visto que o risco pode ser considerado um custo, reduzia os custos. É, nesse sentido, um caso especial de “economias externas”.

Outros dois tipos de economias externas poderiam ser criados: interempresas naqueles casos em que havia complementaridade produtiva; e aquelas que surgem em função da criação de novas empresas a partir do núcleo inicial.

Em 1961, ao revisar sua posição anterior, Paul Rosenstein-Rodan, por um lado, ratificou a importância de investimentos maciços como forma de dar suporte ao crescimento modelado pelos núcleos desenvolvidos; por outro lado, a ênfase na atratividade via lucros em prazos mais curtos ganhou vigor, principalmente, ao comparar as perspectivas de retorno dos investimentos nos países então considerados subdesenvolvidos com os ditos desenvolvidos, sendo que estes últimos, ao longo das décadas anteriores, haviam recuperado seu potencial econômico.

Rosenstein-Rodan (1961), ao defender um investimento de grande porte capaz de fazer um determinado país saltar algumas etapas no processo de crescimento, atribuiu ao Estado, nos países ditos subdesenvolvidos, um papel vital como planejador e investidor, ou seja, que reduzisse os riscos experimentados pelos investidores capitalistas ao arcar com parte dos custos de preparo do espaço interno com vista à redução do volume de investimentos necessários às empresas privadas entrantes, aumentando a atratividade dos seus países.

Cabe salientar que, sob tais premissas, a responsabilidade em relação ao desenvolvimento passou a ser delegada aos países classificados como subdesenvolvidos, que deveriam buscar aproximação com os países modeladores do desenvolvimento sob risco de estagnação que levaria à deterioração das condições de vida de sua população. A redução das diferenças em termos de qualidade de vida e renda das suas populações foi considerada uma consequência do sucesso dos esforços de cada país para tornar-se atrativo e, por, consequência, capaz de se inserir na lógica econômica em escala mundial.

Se Rosenstein-Rodan (1943; 1961), assim como Rostow (1961)⁴, identificaram desenvolvimento com crescimento econômico e o entenderam como um processo que deveria ocorrer de forma homogênea no interior de determinada nação, em contraponto, Perroux (1977) concluiu que a concentração industrial ocorria em pontos geográficos específicos,

⁴ Rostow (1961) defendeu a tese de que o desenvolvimento seria um processo evolutivo, definido por cinco etapas que encontra ápice no estágio de consumo de massa. Esse processo poderia ser acelerado pelo que ele denominou decolagem para o crescimento, ou seja, um investimento de grande porte que criasse as condições para o crescimento econômico.

caracterizados pela preexistência de aglomeração urbana e de fontes de matéria-prima, e/ou em locais que se caracterizavam por um fluxo comercial significativo e, principalmente, sob a influência de empresas motrizes que serviam de base aos complexos industriais⁵.

Para Perroux (1977), o crescimento não era homogêneo no território das nações que recebiam os investimentos financeiros com fins de industrialização, pois tal destinação de capital promovia a emergência de pontos geográficos específicos de crescimento. Tal polarização provocava o aumento das desigualdades regionais de forma proporcional ao avanço técnico e econômico.

Duarte, Moretti e Almeida (2005, s/p) atribuíram a François Perroux a definição de

[...] três tipos de espaços econômicos: espaço como conteúdo de um plano (relações entre fornecedores e clientes), espaço como conjunto homogêneo (homogeneidade topográfica ou econômica entre empresas) e o espaço como campo de forças, de onde vem a noção de pólo de crescimento. Isto demonstrava que a expansão econômica não ocorria de forma equilibrada [...].

No espaço como campo de forças, as empresas motrizes ocupariam posição de destaque capazes de induzir a expansão ou retração do conjunto de atividades de um complexo industrial. Entretanto, Breitbach (1988) afirmou que F. Perroux, apesar de contribuir para que outros autores avançassem na discussão sobre desenvolvimento regional, não aprimorou sua teoria dos polos.

Assim, partindo da tese de François Perroux, Boudeville (1973) propôs uma tipificação do espaço em três categorias: homogênea, polarizada e região-piloto. Na região homogênea cada uma de suas partes apresentaria semelhanças em relação às outras, o que significa dizer que os atores ali imersos dividiam vantagens e problemas que o espaço oferece, mas também supunha certa imutabilidade. A região polarizada pressupunha a noção de interdependência em função da difusão comercial com base em aglomerações urbanas e era definida como “[...] um espaço heterogêneo cujas diversas partes são complementares e mantêm entre si, e particularmente com o pólo dominante, um intercâmbio maior do que o estabelecido com a região vizinha” (BOUDEVILLE, 1973, p. 14). Por último, a região-piloto ou região-programa caracterizava-se pela dependência das partes em relação às decisões tomadas de forma centralizada, por meio de um ator dotado de certa autoridade, estivesse ele sediado ou não na região.

⁵ Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto. Ele se torna um polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes; e se tornará um polo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido (SOUZA, 2007, p. 180).

A ênfase, para Breitbach (1988, p. 39), recaía sobre o conceito de região polarizada, que “[...] se expressa em um meio urbano em que as atividades industriais e comerciais preponderam e irradiam fluxos de troca de bens e serviços com o campo e cidades satélites que se encontram sob a influência do pólo”.

Já Hirschman (1961), com base nas construções de Perroux (1977) e Boudeville (1973), fez uma crítica direta à lógica do desenvolvimento equilibrado. Segundo o autor, a partir desse referencial, o desenvolvimento só seria possível a partir da criação conjunta de grande quantidade de indústrias interligadas por relações comerciais entre elas, em decorrência da incorporação das ideias dos discursos do grande impulso (ROSENSTEIN-RODAN, 1961) e da decolagem para o crescimento (ROSTOW, 1961).

Nesse ponto, Hirschman (1961, p. 86), ao apresentar sua tese sobre o que é desenvolvimento, examinou as limitações do projeto ligado ao desenvolvimento equilibrado.

O ponto principal, a meu ver, é que essa teoria [desenvolvimento equilibrado] falha como teoria desenvolvimentista. Desenvolvimento presumivelmente significa o processo de transformação de um tipo de economia em algum outro tipo mais evoluído. Entretanto, desiste-se de tal processo, porque se acha difícil visualizar como o equilíbrio do subdesenvolvimento pode ser desfeito em algum ponto.

Para o autor, o discurso do desenvolvimento equilibrado, ao pressupor uma evolução linear, que sobreponha à economia tradicional outra inteiramente nova e moderna, daria vida a um conceito de desenvolvimento dualista, no qual as nações atrasadas não teriam outra opção senão direcionarem seus esforços para a superação da situação de subdesenvolvimento via industrialização e, principalmente, para um processo que possibilitasse a transformação da sociedade como um todo.

Hirschman (1961), em contraposição, entendeu que o desenvolvimento não dependia apenas da eficácia do encontro entre as várias formas de recursos necessários ao crescimento econômico e à industrialização, mas, principalmente, do aproveitamento dos potenciais (recursos e aptidões) preexistentes nas nações consideradas subdesenvolvidas, em estado latente.

Assim, a tarefa principal a ser focada no desenvolvimento das nações consideradas subdesenvolvidas passaria a ser de facilitação em relação à união dos potenciais e recursos disponíveis, seja em estado latente ou, mesmo, daqueles supérfluos num primeiro momento. Para Hirschman (1961), era exatamente a identificação desses potenciais inexplorados que se traduziria em ponto inicial do processo de desenvolvimento, pois seu aproveitamento iria

propiciar a construção de um novo contexto direcionado ao desenvolvimento, passível de expansão até um determinado ponto máximo, que seria limitado pela real falta de insumos.

Nesse aspecto, o autor se colocou em uma posição diferente daquela defendida pelos autores que embasavam o desenvolvimento equilibrado, pois os recursos que estariam ausentes nos países considerados subdesenvolvidos não eram colocados em primeiro plano, de forma a ajustarem o desenvolvimento a partir dos recursos excedentes nos países ditos desenvolvidos. Sob a lógica de Hirschman (1961), o capital financeiro e o maquinário – que pressupõe o processo de industrialização – ocupariam um papel não de impulsionador do desenvolvimento, mas de fator complementar ao processo desenvolvimentista, que teria em primeiro plano o aproveitamento dos recursos e condições preexistentes.

O capital proveniente do exterior teria, para Hirschman (1961), dois papéis possíveis e diferenciados conforme o curso do processo de desenvolvimento. Enquanto as economias internas não se constituíssem em fator impeditivo do desenvolvimento, o capital estrangeiro poderia aportar habilidades e aptidões necessárias. Já na fase em que o desenvolvimento atingisse o ponto máximo com base na poupança interna, o capital estrangeiro na sua forma monetária poderia favorecer a continuidade do processo. O autor salientava, ainda, a importância de um agente coordenador que direcionasse os esforços para a localização e aproveitamento dos vários elementos ocultos ou dispersos, assim como sua utilização de forma consciente e de maneira integrada e articulada. Esses fatores tornariam o desenvolvimento um processo menos espontâneo e mais refletido.

A espécie do *agente coordenador* – que, um tanto misteriosamente, se supõe dever organizar e efetivar a cooperação entre os muitos fatores, recursos e aptidões indispensáveis ao pleno êxito do desenvolvimento – torna-se agora mais clara. Parece consistir numa *perspectiva de crescimento*, que abrange não só o desejo de expansão econômica, mas também a percepção da natureza essencial da estrada que para lá conduz. (HIRCHMAN, 1961, p. 27)

Era a visualização das potencialidades existentes internamente que definiria as alternativas de transformação para os países considerados subdesenvolvidos, com suas necessidades, oportunidades e limitações, de forma a que o engenho humano voltasse a ocupar uma posição de relevo.

Em relação à posição do Estado nos países ditos subdesenvolvidos, o autor, novamente em oposição aos construtores do modelo equilibrado de desenvolvimento, defendeu que os governos estariam localizados no mesmo espaço sociogeográfico em que as empresas buscam se situar. Por consequência, se a iniciativa privada não tinha interesse ou condições de fazer os

investimentos em infraestrutura necessários à implantação de um parque fabril de grande porte, nada garantia que as autoridades públicas teriam condições de efetuar gastos nas proporções requeridas. Nesse ponto, Hirschman (1961, p. 108) defendeu a tese de que o objetivo do processo de desenvolvimento deveria ser “[...] antes conservar do que eliminar os desequilíbrios de que são sintomas os lucros e perdas na economia competitiva. Se a economia desejar manter-se ativa, o papel da política desenvolvimentista é conservar as tensões, as desproporções e os desequilíbrios”.

O desenvolvimento seria, assim, induzido pela tentativa de superação de um desequilíbrio prévio, que geraria novos desequilíbrios. Processo que, em movimento contínuo, produziria permanentemente a superação de desequilíbrios e, ao mesmo tempo, novos desequilíbrios, ganhando dinamicidade pela construção constante de soluções provisórias.

Alcança-se uma situação ideal quando [...] um desequilíbrio provoca um movimento desenvolvimentista que, por seu turno, cria um desequilíbrio similar, e assim por diante *ad infinitum*. Se tal cadeia de desenvolvimento não equilibrado puder se estabelecer, basta aos criadores da política econômica observar ao largo o processo. Pode-se notar que, em tal situação, a capacidade privada de lucro e a desejabilidade social provavelmente coincidirão, não pela ausência de economias externas e sim porque o input e a produção de economias externas são os mesmos para cada empreendimento sucessivo (HIRSCHMAN, 1961, p. 115).

O autor referenciou, ainda, a distinção entre Capital Fixo Social (CFS) e Atividades Diretamente Produtivas (ADP). Para o autor, o principal objetivo dos investimentos em CFS era atrair para as nações subdesenvolvidas investidores ADP, de forma a criar as condições para que, em etapa posterior, os investimentos em ADP superassem os investimentos em CFS.

Já, em relação às ADP, Hirschman (1961, p. 155) definiu dois processos:

- 1) O *input*-provisão procura derivada, ou efeito em cadeia retrospectiva, isto é, cada atividade econômica não primária induzirá tentativas para suprir, através da produção interna, os *inputs* indispensáveis àquela atividade.
- 2) A produção-utilizada, ou efeito em cadeia prospectiva, ou seja, toda atividade que, por sua natureza, não atenda exclusivamente às procuras finais, induzirá a tentativas de utilizar a produção como *inputs* em algumas atividades novas.

Com base nos processos acima, o autor definiu os conceitos de encadeamentos para trás e para frente, como fatores que possibilitariam a articulação das atividades que integravam a estrutura produtiva de determinada economia. Por consequência, o efeito em cadeia provocaria a conformação de uma capacidade econômica mínima, definida como “[...]”

capacidade que tem a firma do país, tanto para garantir lucros normais quanto para concorrer com fornecedores estrangeiros já existentes, levando-se em conta as vantagens e desvantagens locais, bem como, talvez, certa proteção à indústria incipiente [...]” (HIRSCHMAN, 1961, p.157).

Dessa cadeia prospectiva ou retrospectiva surgiu o conceito de indústria satélite, que apresenta as seguintes características: tem vantagem de localização pela proximidade da indústria principal; emprega como *input* fundamental um produto ou subproduto da indústria principal ou a sua produção básica é um *input* da indústria principal e a sua capacidade econômica mínima é menor que a da indústria principal.

Ao analisar as formas como ocorria o desenvolvimento em termos geográficos, Hirschman (1961, p. 276) argumentou que havia concentração espacial do desenvolvimento em torno dos seus pontos iniciais. Com base em Jacques Boudeville, defendeu que a “[...] desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento”.

Nesse sentido, para Hirschman (1961), a própria diferenciação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos seria a evidência mais tangível desse processo. Entretanto, tal diferenciação poderia ocorrer, também, entre regiões de um mesmo país ou, simplesmente, entre atividades econômicas ou entre grupos humanos que coexistissem em termos territoriais. Essas diferenciações eram facilitadoras de dinâmicas que poderiam levar ao afastamento dos elementos mais progressistas em relação aos demais. Esse afastamento, ao se concretizar e se institucionalizar, favoreceria a emergência de processos nos quais as regiões ou grupos considerados mais evoluídos obteriam privilégios, principalmente em termos governamentais, pelas possibilidades de pressão econômica e/ou política. Esse processo poderia dificultar a aplicação de um planejamento macro do desenvolvimento por parte do agente governamental.

Assim, no que tange aos pressupostos teóricos do conceito de desenvolvimento regional, se Paul Rosenstein-Rodan salientou que as economias externas se formam pela relação entre as empresas que se estabelecem na região e pela diminuição do risco proporcionado pela renda dos trabalhadores, Perroux (1977) chama a atenção para a importância da empresa motriz como impulsionadora do crescimento de uma região; e Hirschman (1961) indicou um caminho que valorizou a mobilização dos recursos disponíveis, mediante a utilização de processos como os encadeamentos para frente e para trás com vista à canalização dos recursos e potencialidades preexistentes.

A teoria do desenvolvimento endógeno, por sua vez, compartilha a preocupação com a importância das economias externas e valoriza a rede de empresas industriais que possibilitam a criação de mercados internos. Considera o Estado fundamental com vista ao favorecimento da convergência entre desenvolvimento produtivo e desenvolvimento urbano. Sob tais premissas, Barquero (2001, p. 41) define desenvolvimento endógeno como “[...] um processo de crescimento e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria do nível de vida da população”. O autor define, ainda, três dimensões aos processos de desenvolvimento endógeno: econômica, que possibilite o uso eficiente dos fatores de produção e a melhoria da produtividade; sociocultural, que valoriza a integração dos atores econômicos e sociais; e política, caracterizada por iniciativas com vista à melhoria da produção e ao favorecimento da sustentabilidade.

Na proposta de desenvolvimento endógeno não devem ser aceitas de forma obrigatória as pressões impostas pelos atores externos, mas responder estrategicamente a tais desafios e tomar decisões que busquem a realização dos próprios objetivos. Assim, o desenvolvimento endógeno necessitaria criar um entorno institucional e econômico favorável, conquistado pelo aproveitamento dos recursos existentes, bem como pela cooperação dos atores (BARQUERO, 2001).

Já o desenvolvimento local emerge como resposta das comunidades às pressões por efficientização da produção nos anos 1980. Cabe destacar como fatores impulsionadores da situação vivida no início dos anos 80, a crise mundial da década de 70, a emergência dos movimentos ambientais que levou o Clube de Roma, em 1972, a publicar a obra *Os limites do crescimento*, assim como os movimentos populares que colocaram em questão o industrialismo vigente na década de 1960 (BARQUERO, 2001).

O desenvolvimento local alia, à intenção de aumento da produtividade e da competitividade, ações que direcionem o movimento dos agentes econômicos envolvidos no local para tais objetivos, assim como busca melhoria da distribuição de renda e conservação dos recursos naturais e de aspectos históricos e culturais favorecedores do crescimento (BARQUERO, 2001).

A partir de tais premissas, o desenvolvimento econômico local

[...] pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das

economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Este conceito está baseado na idéia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento (BARQUERO, 2001, p. 57).

Torna-se importante salientar que o autor diferencia crescimento endógeno de desenvolvimento endógeno local, pela priorização no último conceito de variáveis ligadas às mudanças estruturais que acompanham o processo de crescimento, tendo por elemento dinamizador as respostas dos atores locais aos desafios colocados pelo aumento da competitividade.

Sintetizamos a revisão sobre desenvolvimento feita nas páginas anteriores no quadro 1.

Quadro 1- síntese das formulações sobre *desenvolvimento local*

Rosenstein-Rodan (1943; 1961)	Valorização da divisão internacional do trabalho.
	Estado planejador e investidor; plano de industrialização em larga escala.
	Redes de empresas complementares.
	Regiões deprimidas X processo de industrialização.
Perroux (1977) e Boudeville (1973)	Concentração industrial em pontos geográficos.
	Região polarizada.
Hirschman (1961)	Aproveitamento dos potenciais (recursos e aptidões) pré-existent nas nações consideradas subdesenvolvidas.
	O capital externo (financeiro ou maquinário) é fator complementar ao processo desenvolvimentista.
	Estado como agente coordenador do desenvolvimento.
	O desenvolvimento como processo contínuo de superação de desequilíbrios prévios.
Barquero (2001)	Desenvolvimento econômico local como processo de crescimento e mudança estrutural, através do aproveitamento das economias externas e da introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região.

Fonte - Elaborado pelos autores do artigo.

Ao concluir esta parte, podemos afirmar, como será visto no próximo item, que as políticas e práticas que buscam desenvolver economicamente determinadas regiões não realizam mais do que reproduzir a lógica da desigualdade por meio do aproveitamento de potenciais e recursos regionais potencialmente favorecedores ao crescimento em escala global. Por não questionar a estrutura e, principalmente, ocultar os conflitos estruturais que organizam o próprio sistema (MARINI, 1991), tais práticas apresentam o capitalismo como o

sistema último no qual as contradições estariam resolvidas (FUKUYAMA, 1992; BONENTE, 2011).

3 OS PROCESSOS CONTRADITÓRIOS QUE DEFINEM UMA REGIÃO

Diferentemente das perspectivas revisadas no item anterior, na abordagem que passamos a apresentar neste item, o desenvolvimento não é entendido como o resultado da evolução do sistema capitalista com vistas à defesa de um caminho melhor, ou mesmo, à delimitação de um caminho único (FUKUYAMA, 1992); mas como complexificação dinâmica resultante dos conflitos que emergem em um contexto definido em termos histórico-sociais (LUKÁCS, 2007; MEDEIROS, 2007; BONENTE, 2011).

Na interpretação dada pelo filósofo húngaro Gyorgy Lukács para a obra de Karl Marx, o desenvolvimento é caracterizado como a complexificação da dinâmica organizativa que emana da economia (entendida como a esfera de produção e reprodução da vida humana), regida pela lógica capitalista, e que busca o comando de momentos mais amplos da convivência social. Com base em tal entendimento, podemos afirmar que “[...] uma dada estrutura (totalidade) é objetivamente superior, ou mais desenvolvida, do que outra estrutura da mesma espécie caso seja constituída por um maior número de componentes específicos, ou pelo mesmo número de componentes mais complexos” (MEDEIROS, 2007, p. 45). Nesse sentido, o desenvolvimento da sociedade é marcado por tendências básicas: recuo das barreiras naturais, aumento das forças produtivas do trabalho e a conformação do gênero humano (LUKÁCS, 2007).

Essa leitura não nega a importância dos aspectos econômicos. Pelo contrário, a economia é entendida como esfera de produção e reprodução da vida humana. O que ocorre é que aqui o desenvolvimento aponta para o entendimento das dinâmicas organizativas e sua complexificação e, não, para a construção de indicadores qualificados *a priori* como benéficos ao crescimento econômico, método empregado nas abordagens revisadas no item anterior.

Essa forma de pensar o desenvolvimento, assim como outros conceitos da tradição do pensamento marxista, tem sido subvalorizada em diversos campos do conhecimento, principalmente, na teoria econômica. A concepção de desenvolvimento em Karl Marx, retomada por G. Lukács, fundamenta a abordagem proposta por David Harvey na atualidade. No entanto, abandonaremos aqui o referente *desenvolvimento*, justamente porque ele traz consigo a carga conceitual oriunda da tradição positivista revisada nas perspectivas do item

anterior; e também porque, em algumas vertentes da tradição marxista, o referente desenvolvimento é associado à noção de progresso técnico, dando às contradições sociais um caráter mecânico cuja superação dependeria da evolução tecnológica.

Para Harvey (2006), ainda que a acumulação capitalista em nível global configure um desenvolvimento geográfico desigual, a palavra-chave não é desenvolvimento, mas espaço⁶. Sua principal contribuição para o pensamento marxista é a de adicionar a dimensão geográfica ao materialismo histórico. Sem desconsiderar o trabalho dos que o antecederam, principalmente de Henry Lefebvre, Harvey (2006) qualifica seu método como materialismo histórico geográfico. Tal contribuição se dá pela incorporação da categoria *espaço* à análise materialista.

A dimensão histórica do materialismo mostra que a análise das dinâmicas sociais são análises temporais, estão em relação a um tempo pretérito cujos desdobramentos constroem o presente. Para a compreensão das dinâmicas do capitalismo contemporâneo, então, é necessário compreender os desdobramentos passados. Por, isso, o entendimento de David Harvey se vale do argumento econômico de K. Marx para explicar a impossibilidade da absorção de excedente e da necessidade de expansão do sistema. Este último argumento foi mais bem desenvolvido nas formulações sobre o imperialismo⁷.

Karl Marx percebeu, em suas análises sobre a produção industrial ainda no século XIX, que o aumento da produtividade do trabalho tende a fazer diminuir a taxa de lucros, lei que denominou *queda tendencial da taxa de lucros*. As soluções para esse problema do ponto de vista do capitalista foram encontradas, na época, na exploração de colônias. Tornando mais baratos alguns componentes do capital (matéria-prima, subsistência do trabalhador etc.), o comércio com as colônias permitiu aumentar a taxa de lucros ao aumentar a taxa de mais-valia

⁶ Considerando o objetivo deste texto, cabe salientar que, para Harvey (2006, p. 107), “[...] existe uma contradição central do capitalismo entre as lógicas territorial e do poder. Essa contradição é internalizada pela acumulação de capital, dada a tensão entre regionalidade e formação de aliança de classe. Pela lógica territorial, referimo-nos a estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por uma entidade territorialmente definida como um estado, uma vez que luta para defender os seus interesses e acumular poder em seu próprio proveito. A lógica capitalista concentra-se nas formas em que o poder econômico atravessa o espaço contínuo, em direção ou para longe de entidades territoriais (como estados ou blocos de poder regionais) por meio das práticas diárias de produção, comércio, dos fluxos de capitais, das transferências de dinheiro, da migração de mão de obra, da transferência de tecnologia, da especulação monetária, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e afins”.

⁷ Para Lenine (1916, s/p), uma definição adequada do imperialismo deve incluir cinco traços fundamentais: “1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse ‘capital financeiro’ da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes”.

– pelo barateamento dos níveis de salário – e diminuir o valor do capital constante – pelo barateamento da matéria-prima e também dos níveis de salário (MARX, 2006).

Esse argumento fundamentou a formulação sobre o imperialismo que, no início do século XX, explicou pela linguagem econômica as conquistas territoriais das potências europeias. O ponto levantado é que o excedente de capital produzido na Europa deveria encontrar aplicação em outros lugares para evitar a queda tendencial da taxa de lucros e a crise⁸. A crise acontece quando os excedentes, tanto de capital, quanto de trabalho não podem mais ser absorvidos e, em consequência, são desvalorizados. Algumas vezes são até destruídos fisicamente, como foi o clássico e conhecido caso da queima do café no Brasil durante a crise de 1929.

Essa já é a consideração da dimensão geográfica na análise do materialismo, que fazia parte do método desde Marx, mas que, em Harvey (2006), recebe nova formulação: espaço é uma palavra-chave para compreender tais dinâmicas. O autor retoma três concepções de espaço historicamente relacionadas. O espaço absoluto, o relativo e o relacional. O primeiro se refere aos aspectos que são físicos, imóveis, em que se percebem fronteiras, propriedades; é o espaço da individuação. O espaço relativo é assim porque, desde Einstein, todas as formas de medida dependem das referências do observador. As localizações podem ser dadas em termos do tempo de deslocamento, das distâncias, dos custos, de acordo com os transportes utilizados etc. Aqui, é impossível entender o espaço independentemente do tempo, o espaço se torna espaço-tempo. O espaço relacional, finalmente, significa que espaço e tempo são definidos precisamente pelos processos. As ações do espaço absoluto somente fazem sentido no espaço relacional. Os processos não ocorrem no espaço, eles definem seus próprios espaços. Aqui, também, não se pode separar tempo e espaço.

A noção relacional do espaço-tempo implica a idéia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos específicos ou coisas através do tempo [...]. Um evento ou algo em um ponto no espaço não pode ser compreendido considerando-se apenas o que existe naquele ponto. Depende de tudo o mais que ocorre ao redor. [...] Uma grande variedade de influências díspares giram no espaço no passado, presente e futuro concentrando e congelando em certo ponto para definir a natureza deste ponto (HARVEY, 2006, p. 124).

⁸ No que tange às estratégias capitalistas com vista à redução da queda tendencial da taxa de lucro, foi Luxemburgo (1951, p. 363) – vivendo em um período no qual o capital buscava expansão territorial que incluiu guerras e partilhas de territórios em processos contraditórios, que permanece até o momento atual – que percebeu que o capital “[...] deve ser capaz de mobilizar a força de trabalho mundial sem restrições para utilizar toda a força produtiva do globo”. Assim, o olhar histórico que a abordagem materialista emprega permite compreender as relações econômicas e sociais a partir das formas pelas quais espaços foram sendo incorporados ao sistema. Isso permitiu solucionar o problema do excedente.

De Henri Lefebvre, Harvey (2006) retoma também três distinções: o espaço material, as representações do espaço e os espaços de representação. Enquanto o espaço material se refere ao físico, às interações com a matéria, à experiência e às sensações, as representações do espaço são as abstrações e reflexões que concebem e representam os espaços (como, por exemplo, um mapa ou um quadro). Já os espaços de representação são os espaços vividos das sensações, da imaginação, das emoções e dos significados incorporados na vida cotidiana. Referem-se às fantasias e aos sonhos. Os espaços de representação são parte da forma pela qual nós vivemos no mundo.

Tanto as distinções do absoluto, do relativo e do relacional, quanto as do espaço material, das representações do espaço e dos espaços de representações devem ser mantidas em uma tensão dialética. Uma não tem precedência sobre a outra, não há hierarquia. “A experiência física e material da ordenação espaço-temporal é mediatizada em algum grau pelas formas nas quais o espaço e o tempo são representados” (HARVEY, 2006, p. 131). Além disto, Harvey (2006, p. 131) propõe pontos de intersecção entre as duas categorizações.

A estranha espaço-temporalidade de um sonho, uma fantasia, um desejo oculto, uma memória perdida, ou mesmo uma ameaça peculiar e o medo que temos ao andar pela rua podem ser representados em trabalhos artísticos que sempre terão uma presença mundana no tempo e no espaço absolutos.

Essa forma de perceber o espaço, ou seja, pensar em diferentes formas pelas quais o espaço e o espaço-tempo podem ser concebidos e relacionar dialeticamente tais diferentes concepções, segundo o autor, abre a possibilidade de identificar conflitos e possibilidades políticas alternativas. “Ela nos convida a considerar as formas pelas quais nós moldamos nosso ambiente construído e as formas pelas quais nós representamos e vivemos nele” (HARVEY, 2006, p. 139). Permite, também, articular diferentes dimensões do espaço entre si de forma dinâmica. O local, o regional e o global estão todos presentes no espaço que se observa e em que se vive, seja ele material ou mediatizado por representações.

Harvey (2006) propõe, também, a interconexão dessas três dimensões do espaço (absoluto/material; relativo/representações; relacional/espaços de representação) com as três formas pelas quais Marx (2006) enxergou o valor: o valor-de-uso, o valor-de-troca e o valor. Para este, os valores-de-uso são os aspectos qualitativos de alguma coisa, que a tornam útil. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma material dela. O valor-de-troca, por sua vez, somente aparece no intercâmbio entre diferentes valores-de-uso, o que varia conforme o valor-de-uso que está sendo trocado, o local onde a

troca ocorre, o momento, as necessidades etc. Para Harvey (2006), tudo aquilo que se refere ao valor-de-uso está na esfera do tempo e do espaço absolutos (trabalhadores, máquinas, mercadorias, estradas etc.). Já o valor-de-troca manifesta uma concepção relativa do espaço e do tempo: a troca é o movimento das mercadorias, do dinheiro, das pessoas etc.

A troca, como observado por Marx, quebra todas as barreiras do espaço e do tempo. Ela perpetuamente molda as formas pelas quais nós vivemos nossas vidas. Com o advento do dinheiro, essa “quebra de barreiras” define um universo ainda mais fluido de relações de troca através do espaço-tempo relativos do mercado mundial (entendido não como algo, mas como um movimento contínuo de interação) (HARVEY, 2006, p. 141).

Já o valor, para K. Marx, corresponde a uma concepção relacional do espaço e do tempo. O valor é um conceito relacional. É imaterial, mas objetivo. “O valor internaliza toda a geografia histórica de inúmeros processos de trabalho estabelecidos pelas regras da – ou em relação à – acumulação de capital no espaço-tempo do mercado mundial” (HARVEY, 2006, p. 142). É a expressão das relações sociais do capitalismo globalmente construídas.

O valor é relacional porque reúne os aspectos absolutos do valor-de-uso, que o tornam um conceito objetivo (a utilidade de algo) e seus aspectos relativos do valor-de-troca (o referente que expressa o valor de algo na troca), que é imaterial. Assim, o valor está na relação entre o trabalho que o produziu, o uso que se faz dele, suas representações, ou seja, o valor está nas relações sociais. Não pode ser visto nem mensurado, apenas pode ser percebido no mundo das relações materiais que são criadas pelas pessoas (nós nos relacionamos uns -com os outros por meio daquilo que produzimos e trocamos) e das relações sociais que são construídas entre coisas (preços são determinados para o que produzimos e trocamos). Estas, por sua vez, também não podem ser medidas, a não ser por seus efeitos. Assim, o valor é a expressão das relações sociais e de poder da sociedade. A classe que se apropria do valor se apropria do poder socialmente produzido e construído.

A relação entre esses conceitos proposta por Harvey (2006) está graficamente expressa no quadro 2. A revisão desses conceitos e da dinâmica entre eles proposta pelo autor é fundamental para compreendermos sua abordagem para os fenômenos sociais contemporâneos. Trata-se de uma forma não apenas de ampliar e aprofundar o olhar para o mundo atual, mas de lidar com sua crescente complexidade em termos de estruturas e componentes sociais. Além disso, o olhar dialético que inclui, tanto os aspectos objetivos e materiais, quanto as representações e vivências consegue perceber que a construção do

capitalismo se dá pela produção e apropriação de valor. Este é, ao mesmo, tempo objetivo e imaterial.

Quadro 2 - Matriz de espacialidades para a teoria Marxista

	Espaço material (espaço das experiências)	Representações do espaço (espaço conceitualizado)	Espaços de representação (espaço vivido)
Espaço absoluto	Mercadorias úteis; processos de trabalho concreto; propriedade privada; Estado, fábricas etc.	Valores de uso e trabalho concreto Mapas de propriedade privada e exclusões de classe; mosaicos do desenvolvimento desigual etc.	Alienação vs. satisfação criativa; classe, identidade; injustiça; falta de dignidade; individualismo vs. solidariedade etc.
Espaço relativo	Trocas no mercado; comércio; circulação; fluxo de informação etc.	Valores de troca (Valor em movimento) Esquemas de acumulação; cadeias de mercadorias; migrações e diásporas; <i>networks</i> etc.	Fetichismo do dinheiro e da mercadoria (desejo perpetuamente não realizado); ansiedade diante da compressão do espaço-tempo; insegurança etc.
Espaço relacional	Processos de trabalho abstrato; movimentos de resistência; capital fictício etc.	Valores do dinheiro Valor como trabalho socialmente necessário; esperanças revolucionárias; estratégias de mudanças etc.	Valores Hegemonia capitalista (não há alternativa); consciência proletária; solidariedade universal; sonhos utópicos; outro mundo é possível etc.

Fonte – HARVEY, 2006, p. 143, adaptado pelos autores do artigo.

Tendo como fundamento a teoria de Karl Marx e seus desdobramentos para a teoria do imperialismo⁹ e para as concepções de espaço em H. Lefebvre, Harvey (2005) entende que as dinâmicas de qualquer região do globo estão imersas em processos contínuos e contraditórios de criação, destruição e recriação de espaços. Os espaços são definidos por processos nos quais produção e consumo, oferta e procura (de mercadoria e força de trabalho), produção e realização, conflitos de classe e acumulação, cultura e estilos de vida, permanecem unidos por uma dinâmica que resulta do conjunto de relações de forças produtivas e sociais (HARVEY, 2005). Assim como o valor, o espaço é relacional, é o resultado da atividade capitalista que está sempre enraizada em algum lugar, em suas inter-relações com as características diversas do lugar: cultura, história, ambiente etc.

⁹ Para Harvey (2005), K Marx criou uma abordagem que considerava a ideia de localização, mostrando a necessidade de articular teoricamente o processo de crescimento econômico com a estrutura de relações espaciais. “Esse fato, ademais, exprime que tal análise de localização proporciona, ainda que de maneira limitada, um elo entre a teoria de acumulação de Marx e a teoria do imperialismo marxista” (HARVEY, 2005, p. 43).

Diversos processos materiais (físicos, ecológicos e sociais) precisam ser apropriados, usados e reformados aos propósitos e na direção da acumulação de capital. Para isto, os próprios processos de acumulação de capital precisam se adaptar e, de certa forma, serem transformados pelas condições materiais que encontram (HARVEY, 2006. p. 78).

Dessa dinâmica surge uma coerência estruturada em relação à produção e consumo, que é composta, entre outros, pelos seguintes fatores:

1. as formas e as tecnologias de produção: padrões de utilização de recursos pelas conexões interindústrias, formas de organização, tamanho das empresas;
2. as tecnologias, as quantidades e qualidades de consumo: padrão e estilo de vida, tanto dos trabalhadores, quanto dos capitalistas;
3. os padrões de demanda e oferta de mão de obra: hierarquias das habilidades de mão de obra e processos sociais de reprodução, para assegurar a oferta dos mesmos; e
4. as infraestruturas físicas e sociais (HARVEY, 2005).

Harvey (2004^a) atualizou o pensamento sobre o sistema capitalista para um momento em que utiliza, como estratégia para solucionar as crises provocadas pelo excedente, processos de 'ordenações espaçotemporais'. Trata-se de mecanismos pelos quais o sistema cria espaços para a absorção de excedentes, seja pela criação ou pela destruição dos espaços. Assim, para Harvey (2004), a reprodução do sistema capitalista se dá por meio de deslocamentos no espaço e no tempo. Estes processos de deslocamento são permanentes e transitórios, e vão redundar na formação e transformação de distintas dinâmicas socioeconômicas que são o resultado da produção e da apropriação do valor.

O deslocamento no tempo são os meios pelos quais o sistema cria formas para *investir* o excedente em projetos com expectativas de ganhos futuros, sendo realizado basicamente por duas formas. A primeira delas são os investimentos de longo prazo em *infraestrutura física e social*, que são todos os aspectos necessários para a produção da vida em sociedade: as redes de transporte e comunicação, sistemas de educação e pesquisa, sistemas legal e financeiro, administração pública etc. Tais investimentos retiram valores da circulação rápida de mercadorias para colocá-los em uma esfera mais lenta de circulação e, por isso levam muitos anos para recolocar em circulação os valores investidos (HARVEY, 2004b).

A outra forma de deslocamento temporal é a criação de crédito e capital fictício (debêntures, hipotecas, ações, dívidas públicas etc.), que "[...] convertem um processo de

circulação muito longo em uma taxa anualizada ao facilitar a compra e venda de direitos e demandas em relação à participação no produto do trabalho futuro” (HARVEY, 2005, p. 138). Para o autor, o capital fictício absorve os problemas de produção excedente no presente por meio de contratações futuras, o que explica o aumento das dívidas públicas em períodos de crescimento econômico. O excedente gerado pela produção no presente é deslocado para o futuro, criando um valor que deverá se realizar. Se isto não acontecer, ocorrem crises de desvalorizações e implosões de bolhas financeiras, como a especulação imobiliária nos EUA em 2008.

Já o deslocamento no espaço é a conquista, a organização e a criação de espaços novos. Aqui o autor se vale, como já comentado, das formulações sobre o imperialismo e do conceito de espaço relacional. Resgata a expressão de Karl Marx, a *anulação do espaço pelo tempo*: se o espaço aparece como um fator inconveniente para a expansão capitalista (em virtude dos custos de transporte para a circulação de mercadorias), a única forma de dirimir esse inconveniente é a busca de soluções que diminuam o tempo de circulação pela criação de sistemas de transporte e comunicação que reduzem as distâncias do espaço.

Para o autor, nenhuma dessas duas estratégias soluciona o problema do excedente, mas ambas alteram as formas pelas quais a crise se manifesta, funcionando como uma espécie de solução paliativa. Assim, o sistema sobrevive pela criação e recriação de estruturas coerentes de produção e consumo em determinados espaços. Dito de outra forma, as distintas regiões do planeta, em função da atividade de produção capitalista e da produção da vida em sociedade, apresentam configurações distintas, “[...] configurações geográficas que atingem estabilidade, ao menos por algum tempo [...]; economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo” (HARVEY, 2004, p. 89). Apesar de estruturarem sua coerência em torno a atividades produtivas e de acumulação, o conceito não se restringe às trocas econômicas; abrange atitudes, valores culturais, crenças e afiliações religiosas e políticas.

A coerência se reforça informalmente, embora não menos poderosamente, por intermédio da constância ou criação das culturas e das consciências nacional, regional e local (inclusive, tradições de luta de classes), que dão significado psíquico mais profundo às perspectivas territoriais (HARVEY, 2005, p. 147).

Com relação ao Estado, assim como os aspectos culturais, ocorre um entrelaçamento que “[...] se cristaliza segundo sua própria lógica a partir de processos moleculares de

acumulação do capital que ocorrem no tempo e no espaço" (HARVEY, 2005, p. 148). A coerência se torna expressa nas regras do Estado.

Depois de formalmente representada pelo Estado, a coerência territorial torna-se muito mais perceptível. As políticas que regulam o processo laboral, a organização laboral, os padrões de vida dos trabalhadores (políticas de bem-estar etc.), a regulamentação e remuneração adequada do capital etc. se aplicam a todo território. (HARVEY, 2005, p. 146)

Ou seja, para Harvey (2004a, p.92), o Estado não assume um papel de agente passivo com relação aos processos moleculares de acumulação de determinada região. Ele pode, inclusive, "[...] usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infraestruturais [...], mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos".

O autor então pensa a produção capitalista do espaço assumindo formas diversas em função de peculiaridades preexistentes.

A produção do espaço, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e trabalho (HARVEY, 2004a, p. 99).

Os processos descritos acima explicam, do ponto de vista de David Harvey e da tradição do materialismo histórico, como se formam distintas regiões e a relação de tal fenômeno com a sobrevivência do sistema capitalista. Por ser intrinsecamente contraditório, o sistema sobrevive em processos incessantes de produção e destruição. Esse movimento, apesar de acarretar graves consequências sociais – como são as consequências das crises capitalistas –, abre a possibilidade da formação de novas configurações regionais.

Há uma tensão sempre presente, não apenas entre capitalistas e trabalhadores, mas entre a institucionalidade do sistema capitalista (com seus arranjos e valores) e a cultura, a produção, as ideologias e as formas de vida preexistentes ou que venham a resultar desses processos. Essa tensão não tem resultados predefinidos, está em aberto. As distintas regiões terão o destino a que suas tensões e contradições as conduzirem, com diferentes consequências para a totalidade do sistema. É essa abertura que confere ao pensamento dialético de D. Harvey um caráter dinâmico e que lhe permite compreender de forma mais lúcida as crises e as transformações do mundo capitalista atualmente.

Compreender o espaço e o valor de forma relacional propicia enxergar a configuração de uma região específica como um momento e uma espacialidade fixos – pois é o congelamento das circunstâncias que a cria condição para a criação e a apropriação do valor – e transitórios –, pois a fluidez das trocas e os espaços de representação solapam qualquer possibilidade de adquirir estabilidade.

4 OS LIMITES DO 'DESENVOLVIMENTO LOCAL' E AS POSSIBILIDADES DA PERSPECTIVA DIALÉTICA DE DAVID HARVEY

As revisões teóricas precedentes tiveram como objetivo apresentar duas proposições teóricas distintas. Neste item, vamos desenvolver o argumento de que a abordagem de D. Harvey permite um olhar mais fiel aos processos dinâmicos das diferentes regiões em contraste com a perspectiva limitada das abordagens do desenvolvimento local.

A formação do conceito de *desenvolvimento local* utilizando principalmente pressupostos de autores como Paul Rosenstein-Rodan, François Perroux e Albert Hirschman, não é uma construção homogênea. No entanto, podemos considerar que tais autores, assim como aqueles que atualizaram tais construções sob a lógica do crescimento econômico, seguem uma linha de raciocínio, ao compartilharem pressupostos fundamentais. Mesmo naqueles aspectos que apresentam divergências, as críticas se referem às limitações que os referenciais apresentam para dar continuidade ao processo de *crescimento econômico como motor do desenvolvimento*. Por mais que alguns autores contemporâneos vinculados a essa corrente de pensamento, ao atualizarem a noção de desenvolvimento, busquem superar o crescimento econômico e afirmem, inclusive, que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento; o crescimento econômico permanece como o suporte sobre o qual as características sociais e ambientais devem ser pensadas. Ou seja, apesar de não ser sinônimo de desenvolvimento, o crescimento econômico é seu condicionante.

Um segundo pressuposto se refere ao estabelecimento de *modelos de desenvolvimento*. Rosenstein-Rodan (1943, 1961) pensa em uma construção, para as regiões deprimidas, complementar e imitativa àquela existente nos centros de desenvolvimento; já, em Hirschman (1961), o modelo é mantido, mas com uma relativização que valoriza o potencial local. Esse autor remete a responsabilidade pelo sucesso ou insucesso às estratégias de crescimento da própria nação que busca crescer. De qualquer forma, existe sempre uma configuração ideal que é condicionante do desenvolvimento, que se caracteriza pelo

envolvimento de, ao menos, um agente que coordena os esforços, planeja e investe (o Estado) e as empresas como impulsionadoras do desenvolvimento, gerando a riqueza necessária por meio da produção material. As condições para o desenvolvimento são, então, determinadas *a priori* pela teoria com enfoque prescritivo.

Outro pressuposto da perspectiva do *desenvolvimento local* é a *ênfase na harmonia*. Perpassa por todas as teorias a existência de um agente que regula a ação de todos os atores envolvidos na tarefa socialmente inclusiva de desenvolver a região (seja ela uma comunidade ou uma nação). Ainda que em Hirschman (1961) o equilíbrio seja sempre solapado pelo desequilíbrio, a própria dinâmica que sua análise estabelece entre uma situação de equilíbrio/desequilíbrio mostra uma relação harmônica entre os agentes (que competem em prol do bem comum). Cabe salientar que a perspectiva do equilíbrio é sintoma de uma análise estática que enfatiza a harmonia e a estabilidade¹⁰. Se a configuração ideal para se atingir o desenvolvimento se refere aos meios, o equilíbrio é o fim. Ou seja, ao se encontrarem as configurações ideais, seria possível chegar a um equilíbrio na produção econômica.

Por esses motivos, essa perspectiva analítica não pode compreender os processos dinâmicos que ocorrem em regiões específicas. Se a análise é dada *a priori*, por meio de um conjunto de elementos condicionantes do desenvolvimento, bem como de resultados esperados definidos por esses próprios elementos estáticos, o desenvolvimento capitalista específico de cada lugar não encontra espaço de interpretação. Assim, quando as configurações resultantes não se identificam com os aspectos prescritos para o desenvolvimento, recorre-se a outras categorias inferiores como, por exemplo, *subdesenvolvido*, *atrasado*, *deprimido* etc. A *análise é estática*, restringindo-se a uma checagem dos itens necessários para se atingir um fim, mesmo que essa checagem seja um passo posterior à identificação de potenciais endógenos específicos como em Hirschman (1961). É por isso que tal perspectiva analítica, assim como os referenciais predominantes da análise econômica, é limitada: ela se limita a cotejar dados com modelos¹¹.

¹⁰ Na economia, o equilíbrio foi pioneiramente analisado por Walras. Trata-se de uma condição hipotética em que a oferta agregada é igual à demanda agregada, ou seja, tudo aquilo que se produz é igual ao que se consome. O equilíbrio “expressa a estabilidade do sistema de forças que atuam na circulação e troca de mercadorias e títulos” (SANDRONI, 1999, 209).

¹¹ O próprio Harvey (2011) ilustra este ponto com um questionamento feito pela Rainha Elizabeth II aos economistas da *London School of Economics* em novembro de 2008. Naquela oportunidade, a Rainha perguntou a eles “como não haviam percebido a crise que estava por vir”. Os economistas não tiveram resposta. Seis meses depois, em uma carta coletiva, os economistas confessaram que perderam de vista aquilo que chamam de ‘riscos sistêmicos’.

Por outro lado, a abordagem de David Harvey interpreta os processos do sistema capitalista a partir das formulações de Karl Marx, que explicou tais processos pelo conceito da *acumulação capitalista* e suas contradições intrínsecas. A acumulação capitalista, por se fundamentar na exploração do trabalho, gera excedentes que não podem ser absorvidos e desigualdades sociais. Essa abordagem traz, ao mesmo tempo, uma dimensão de totalidade – que é o próprio sistema e seus imperativos funcionais – e outra dimensão, a de espaço social. Ao dinamizar essas duas dimensões, a conclusão é que o desenvolvimento capitalista cria e recria paisagens geográficas distintas – uma vez resultantes de aspectos como a geografia, a cultura, a história etc., que são próprios do lugar, mas que atendem aos imperativos da acumulação capitalista. Assim, o que o método faz é uma *dedução das necessidades da reprodução do sistema capitalista com respeito às estruturas geográficas* de cada lugar (HARVEY, 2005).

O método, então, não pretende prescrever os condicionantes para o desenvolvimento. Ao partir do princípio de que o funcionamento do sistema capitalista já é conhecido pela teoria – a explicação de K. Marx para suas contradições intrínsecas – a abordagem de D. Harvey permite descrever as configurações específicas dos diferentes *capitalismos* de cada lugar. A *análise é dinâmica*, pois entende que a configuração de uma região é o resultado de ordenações espaço-temporais sistêmicas e suas relações com aspectos geográficos, históricos e culturais de cada região. Por isso, tais configurações são transitórias: elas serão transformadas. A questão, no entanto, é que os rumos das transformações de cada região não podem ser dados *a priori*, pois eles serão dados pelos movimentos internos de cada região: a luta de classes, as decisões individuais dos capitalistas, os posicionamentos do Estado, a cultura, a religião etc. Esta é a relevância da concepção relacional da abordagem de D. Harvey. Se o espaço é também um espaço de representações, ele não é determinado pelas leis de acumulação. A ênfase aqui, portanto, não é na harmonia, mas na. A própria abordagem dialética, como comentado, traz consigo uma *contradição* fundamental em relação ao capitalismo: os processos moleculares de acumulação em seu interior carregam os germes de sua própria transformação.

A perspectiva histórica, geográfica e materialista do trabalho de David Harvey apresenta um instrumental analítico capaz de explicar de forma mais fiel os processos que ocorrem em uma determinada região. Em tal perspectiva, tais processos não se restringem à atividade da produção material. Tampouco ela restringe os demais aspectos como a cultura e o ambiente a uma variável a ser inserida em modelos teleológicos. Os diferentes aspectos da

vida social não são hierarquizados, eles compõem um mosaico da realidade do lugar e, por essa razão, são valorizados enquanto fatos daquela realidade. Em outras palavras, nessa perspectiva, a riqueza da vida social encontra espaço de interpretação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem defendida neste artigo tem implicações políticas importantes. Olhar para uma região para compreender suas contradições, a produção e a destruição de valor e de espaços, e as dinâmicas que resultam destes processos implica, necessariamente, em reconhecer que o sistema capitalista gera desigualdades, pobreza e degradação. Por outro lado, o reconhecimento de que os espaços são também espaços de representação e de que as contradições criam e são criadas por conflitos e tensões sociais é um passo importante para a análise sobre as lutas cotidianas de transformação do espaço.

Nessa abordagem, a percepção das dinâmicas organizativas de uma região deve valorizar os processos e práticas com base na razão estratégico-crítica (DUSSEL, 2002) que se direcionem para o pleno desenvolvimento da vida de todos. Isso marca uma diferença ontológica importante com relação aos referenciais que predominam sobre esse tema, uma vez que são reconhecidas e valorizadas as lutas cotidianas que configuram as diferentes regiões.

Nesse sentido, cabe considerar a relevância de uma abordagem que, sem desconsiderar os processos macroeconômicos de produção e circulação de mercadorias, permite perceber processos territoriais de produção de espaços. Considerando que a organização implica a produção social de modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento, e que constituem meios para a libertação (MISOCZKY, 2010), podemos, por fim, articular a abordagem do materialismo histórico-geográfico com o tema da organização. Em tal abordagem, as organizações deixam de ser definidas por fronteiras estáticas de uma estrutura e assumem uma configuração dinâmica, pois estão imersas em processos também dinâmicos.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, Antonio Vázques. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.

BONENTE, Bianca Aires Imbiriba Di Maio. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Rio de Janeiro, 2011, n. de folhas. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

BOUDEVILLE, Jacques R. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difel, 1973.

BREITBACH, Áurea C. M. Estudo sobre o conceito de região. Porto Alegre: FEE, 1988.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependencia**. México: Ediciones Era, 1978.

DUARTE, Ivonaldo Ferreira; MORETTI, Edvaldo César; ALMEIDA, Maria Geralda de. Desenvolvimento local: uma contribuição de Goiânia ao turismo de municípios próximos. In: IX EREGEO – ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA. NOVAS TERRITORIALIDADES, 2005, Porto Nacional. Anais... Disponível em: <<http://www.observatoriogeogoiias.com.br>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRANK, Andre Gunder. The development of underdevelopment. *Monthly Review*, v. 18. 1966. Disponível em: <http://findarticles.com/p/articles/mi_m1132/is_n2_v41/ai_7659725/>. Acesso em: 28 jul. 2009.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. São Paulo: Rocco, 1992.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004a.

HARVEY, David. O novo imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão. In: HARVEY, David *et al.* **Margem esquerda**: ensaios marxistas. São Paulo: Boitempo, 2004b, n. 5, p. 31-40.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. London: Verso, 2006.

HARVEY, David. **The enigma of capital and the crisis of capitalism**. London: Profile Books, 2011.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LENINE, Vladimir Ilitch. O imperialismo, fase superior do capitalismo. 1916. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Orgs). **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**: György Lukács. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 225-246.

LUXEMBURGO, Rosa. **The accumulation of capital**. London: Routledge and Kegan Paul, 1951. Disponível em < <http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/index.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, v. 1.

MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica de la dependencia. México: Ediciones Era, 1991. Disponível em: < http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm>. Acesso em: 28 jul. 2009.

MEDEIROS, João Leonardo. **A economia diante do horror econômico**: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica. No prelo, 2007.

MISOCZKY, Maria Ceci. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In: MISOCZKY M. C.; FLORES, R.; MORAES, J (Orgs) **Organização e práxis libertadora**. Porto Alegre: Dacasa, 2010, p. 13-56.

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo. World visions in dispute in contemporary Latin America. **Organization**, Londres, v. 18, p. 345-63, 2011.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org.) **Economia regional** – Textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p. 145-155.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Notes on the theory of the big push. In: ELLIS, Howard S. (Org.) **Economic development for Latin America**. New York: St. Martin Press, 1961, p. 57-66.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Problemas da industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. (1943). In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs) **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 251-62.

ROSTOW, Walter Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SANDRONI, Paulo (Org.). Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, 1999. Disponível em: <<http://introducaoaeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.

Rogério Faé

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rua Washington Luiz, nº 855, CEP: 90010-460 - Porto Alegre, RS – Brasil. E-mail - rfae@ea.ufrgs.br

Rafael Kruter Flores

Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rua Washington Luiz, nº 855, CEP: 90010-460 - Porto Alegre, RS – Brasil. E-mail - rkfflores@ea.ufrgs.br